

Congresso
Nacional

Costas Largas

Entre cumprir o dever e sacrificar o recesso de julho, o Senado preferiu ceder fagueiramente ao engodo salarial providenciado na Câmara. O instrumento da farsa foi o voto de liderança que o autoritarismo criou e viciou a democracia: os líderes das bancadas votam pelos liderados, por conta própria, sem ouvi-los e sem saber sob que legenda se refugiam no momento. No tempo dos militares, essa procuração em branco foi um maná. Sob a nova Constituição, ela ressalta que a democracia nada tem a ver com essa prática.

Era, porém, o que faltava para desobstruir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias: uma lei salarial vai permitir à representação política cobrar dos eleitores a retribuição em votos, na primeira oportunidade. Outubro vem por aí. As lideranças aprovaram o engodo pela absoluta certeza de que o Executivo vetará a reindexação salarial. Em caso de dúvida, pensariam duas vezes.

Foi, portanto, uma cena montada para embair a boa fé dos cidadãos. As lideranças de bancadas fizeram a sua parte e o governo fará a dele, que é vetar. E, como o Congresso não mais terá condi-

ções de dispor de *quorum* assim que a campanha eleitoral esquentar, deputados e senadores acreditam que salvam a face diante do eleitor num espetáculo de quinta classe.

Democracia não é, nem nunca poderá ser, essa tapeação. Aos pecados da omissão, este Congresso que está nas últimas acrescenta mais este expediente inócuo. Se é certo que não haverá indexação, não há como evitar a eleição. Não poderão se queixar depois. Nas horas difíceis, o Congresso recorre ao expediente com que a ditadura desacreditava a representação política, o voto de liderança, que servia apenas para evitar debate de questões que incomodavam os governos militares. Essa fórmula de convivência permitia ao Congresso proteger dissimuladamente os atos autoritários sem se comprometer. Tudo ficava mais ou menos oculto ao conhecimento público. A ditadura tinha costas suficientemente largas, e a representação política se satisfazia em salvar as aparências. A Constituição está sendo obrigada a conviver com uma concessão regimental incompatível com o respeito pela cidadania.

JUL 1960 JORNAL DO BRASIL